



CONVÊNIO Nº 004/2016

**CONVÊNIO DE CREDENCIAMENTO PARA  
CONCESSÃO DE PRODUTOS E/OU SERVIÇOS AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA PARAÍBA  
COM PAGAMENTO CONSIGNADO EM FOLHA DE  
PESSOAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO  
DA PARAÍBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE  
ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E BANCO  
DAYCOVAL S/A, MEDIANTE AS CLÁUSULAS A  
SEGUIR AVENÇADAS**

**CONVENIENTE CONSIGNANTE: ESTADO DA PARAÍBA** através da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, localizada nesta Capital na Rua João da Mata s/n, 3º Bloco, 6º andar, no Bairro de Jaguaribe, CEP 58015-900, inscrita no CNPJ sob nº 08.761.140/0001-94, neste ato representada por sua Secretária de Administração, a Senhora Doutora **LIVÂNIA MARIA DA SILVA FARIAS**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG nº 1.241.525 – SSP/PB e do CPF 602.413.064-34, doravante denominado **CONSIGNANTE**.

**CONVENIENTE CONSIGNATÁRIO: BANCO DAYCOVAL S.A.**, com sede na Avenida Paulista, nº 1793, Bela Vista, CEP. 01311-200, São Paulo – SP, CNPJ nº 62.232.889/0001-90, por seus representantes legais, o **Sr. MORRIS DAYAN**, diretor executivo, portador da cédula de identidade RG nº 8595549 SSP/SP, inscrito do CPF sob o nº 195.131.528-63 e pelo **Sr. NILO CAVARZAN**, diretor, portador da cédula de identidade RG nº 5.164.530-0 SSP/SP, inscrito do CPF sob o nº 568.088.018-00, doravante denominado **CONSIGNATÁRIO**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

**Cláusula. 1ª** O presente CONVÊNIO tem por objeto o CREDENCIAMENTO da CONSIGNATÁRIA pela CONSIGNANTE para a oferta e fornecimento do seu produto Cartão de Crédito aos servidores da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado da Paraíba através de sua rede comercial, agências e correspondentes controlados por meio de sistema eletrônico de administração de margem consignável, incluindo a geração automática de reserva de margem, averbações e manutenção de lançamentos para o Sistema de Folha de Pagamento dos servidores, observado o regulamento estadual sobre a matéria, Decreto nº 32.554, de 01 de novembro de 2011.





**Parágrafo primeiro:** São considerados servidores e empregados públicos, para todos os efeitos do presente CONVÊNIO, os (as) servidores (as) efetivos (as), os (as) ocupantes de cargo em comissão, os (as) aposentados (as), os (as) pensionistas, os (as) contratados (as) por tempo determinado/prestadores de serviços e os (as) Celetistas.

**Parágrafo segundo:** Por se tratar de consignação em folha de pagamento, o oferecimento do produto Cartão de Crédito concedidos no âmbito desse CONVÊNIO não estarão sujeitos às burocracias convencionais (consultas cujas informações ensejem restrições ao crédito do Servidor).

### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**Cláusula. 2ª** O presente CONVÊNIO reger-se-á pelos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal;
- Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- Decreto Estadual nº 32.554, de 01 de novembro de 2011 e alterações posteriores.

### DA FORMA DE CONCESSÃO DA CONSIGNAÇÃO:

**Cláusula. 3ª** Toda consignação deverá ser feita exclusivamente mediante solicitação e anuência do Servidor Público, expressa através de contrato firmado entre o Servidor Público e o CONSIGNATÁRIO e, toda operação de consignação deverá ser feita exclusivamente através do sistema de controle de consignações PBCONSIG, contratado pelo CONSIGNATÁRIO e gerenciado pela CONSIGNANTE.

**Parágrafo único:** Em havendo indícios de prática de atos ilícitos por parte dos servidores e/ou do **CONSIGNATÁRIO**, que possam causar danos ao erário ou à instituição financeira ora **CONSIGNATÁRIA**, deverá ser instaurada sindicância e, se necessária, a abertura do devido processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de sanções penais cabíveis.

### DA INEXISTÊNCIA DE CO-RESPONSABILIDADE DA CONSIGNANTE PELOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS

**Cláusula. 4ª** A CONSIGNANTE não é parte da relação contratual firmada entre o Servidor Público e o CONSIGNATÁRIO, portanto, a consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade da Administração Pública Estadual, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto ao **CONSIGNATÁRIO**, sob nenhuma hipótese.





**DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNANTE:**

**Cláusula. 5ª** Enviar para averbação em folha de pagamento os pedidos de descontos, alterações e exclusões de consignações nos salários dos Servidores Públicos, processados através do sistema PBCONSIG, contratado pelo **CONSIGNATÁRIO**.

**Cláusula. 6ª** Informar via arquivo eletrônico para a empresa administradora do sistema PBCONSIG, contratado pelo **CONSIGNATÁRIO**, as margens consignáveis dos servidores, bem como os dados necessários para identificação dos mesmos, a fim de possibilitar a operacionalização e controle das consignações de forma *on line*.

**Cláusula. 7ª** Repassar mensalmente, em até 72h após o fechamento da folha de pagamento, para a empresa administradora do sistema PBCONSIG, o arquivo de retorno da folha para disponibilização dos relatórios de conciliação.

**Cláusula. 8ª** Repassar ao **CONSIGNATÁRIO**, preferencialmente até o dia 20 do mês subsequente ao vencido, os valores das prestações descontadas em folha, em razão das consignações objeto deste CONVÊNIO.

**Parágrafo único:** Uma vez descontados dos mutuários as parcelas das consignações, o não repasse ao **CONSIGNATÁRIO** caracterizará apropriação indébita dos referidos valores por parte da **CONSIGNANTE**.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA:**

**Cláusula. 9ª** Observar e cumprir todas as regras definidas nos dispositivos legais indicados na Cláusula Segunda;

**Cláusula. 10ª** Pagar à **CONSIGNANTE** o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) em razão dos custos operacionais referentes aos descontos nos contracheques e outros, sendo este valor deduzido do valor mensal das consignações a ser repassado à **CONSIGNATÁRIA**, nos termos do art. 20, inciso I do Decreto nº 32.554, de 01 de novembro de 2011.

**Cláusula. 11ª** Informar, por escrito, e no prazo de 48h (quarenta e oito horas), o valor do saldo devedor oriundo da utilização de cartões de crédito, quando solicitado pelo servidor.

**Cláusula. 12ª** A contratação do sistema de gerenciamento e controle das consignações deverá ser de responsabilidade de todas as consignatárias CREDENCIADAS e, restando a **CONSIGNANTE** apenas cooperar com as demandas técnicas necessárias ao seu funcionamento no que diz respeito ao





fornecimento dos dados necessários a operacionalização das consignações e observadas as cláusulas de um termo de cessão de uso do sistema;

**Cláusula. 13ª** Divulgar no PBCONSIG as taxas e coeficientes de fornecimento de Cartão de Crédito para consulta e simulação pelos Servidores Públicos através do Portal do Servidor do Estado da Paraíba.

- a. As taxas de juros de empréstimos não deverão ultrapassar o limite de 2,5% (Dois vírgula cinco por cento);
- b. As taxas de juros referentes a cartão de crédito consignado não deverão ultrapassar o limite de 5,5%;
- c. Não será permitido a **CONSIGNATÁRIA** cobrar dos servidores taxas de abertura de crédito e outras decorrentes da contratação do empréstimo;

#### DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

**Cláusula. 14ª** O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

#### DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

**Cláusula. 15ª** Qualquer das partes, sem qualquer ônus, poderá rescindir o presente CONVÊNIO, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** A rescisão a que se refere esta cláusula surtirá efeitos imediatos, sem prejuízo do cumprimento integral dos contratos de fornecimento de Cartão de Crédito firmados e ainda pendentes de total liquidação, desde que enviados para desconto pelo sistema de consignações do **CONSIGNATÁRIO** através do PBCONSIG.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Cláusula. 16ª** Ocorrendo contestação do Servidor sobre o desconto no contra cheque referente a consignação objeto deste CONVÊNIO, a **CONSIGNANTE** solicitará cópia do Contrato à **CONSIGNATÁRIA**, que estará obrigada a fornecê-lo, no prazo de 48 horas, contados da notificação, com a finalidade de esclarecer dúvidas, tomando as providências que se fizerem necessárias.

**Cláusula. 17ª** A importância mutuada de cada consignação contratada, nos termos do presente CONVÊNIO deverá ser disponibilizada como limite pelo



**CONSIGNATÁRIO** diretamente no Cartão de Crédito de titularidade do Servidor tomador da consignação.

**Cláusula. 18ª** Para fins de credenciamento do **CONSIGNATÁRIO** na Administração Indireta do Estado da Paraíba, para o mesmo fim descrito no objeto deste CONVÊNIO, a **CONSIGNATÁRIA** deverá apresentar cópia deste CONVÊNIO ao respectivo órgão ou autarquia, individualmente, e formalizar um CONVÊNIO padrão que lhe permita operar no âmbito da respectiva entidade segundo as mesmas regras e procedimentos deste instrumento.

**DO FORO**

**Cláusula. 19ª** Fica eleito pelas partes, com a renúncia de qualquer outro, o Foro de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, para dirimir questões e controvérsias provenientes do presente CONVÊNIO.

Assim ajustados, firmam o presente CONVÊNIO, em 02 (duas) vias de igual teor, em presença das testemunhas abaixo:

João Pessoa/Paraíba, 03 de Maio de 2016.

**LIVÂNIA MARIA DA SILVA FARIAS**  
Secretária de Estado da Administração  
CONSIGNANTE

**MORRIS DAYAN**  
**BANCO DAYCOVAL S/A**  
CONSIGNATÁRIO

**NILO CAVARZAN**  
**BANCO DAYCOVAL S/A**  
CONSIGNATÁRIO

